



*Presidência do Conselho de Ministros
Gabinete do Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares*

Requerimento: 750 / VIII / 2ª
De: Dep. José Manuel Durão Barroso
Entrada : 2001 / 02 / 05
Resposta : 2001 / 05 / 25

Tron/milha-h 5 An.
José Manuel
25.05.01

ASSUNTO: Requerimento nº 750 / VIII / 2ª
do Senhor Deputado José Manuel Durão Barroso (PSD)

Em resposta ao requerimento em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Equipamento Social de transmitir a V. Ex.^a a seguinte informação:

1. Está o Governo verdadeiramente interessado na criação do Aeroporto Civil de Beja?

O facto de a questão do lançamento do Projecto ter sido accionada em 1991, como é referido no requerimento, ter adormecido e só ter sido retomada após a entrada dos XIII e XIV Governos Constitucionais, é prova inequívoca de que foi o interesse destes Governos que permitiu que o Projecto continue vivo.

2. Se o Governo não tinha ainda a certeza da viabilidade deste projecto, porque é que constituiu a EDAB, SA?

As conclusões e recomendações dos Grupos de Trabalho, anteriormente nomeados, visaram enquadrar a situação em termos da possibilidade legal e do efectivo aproveitamento quanto a capacidades técnicas de utilização militar e civil. Esses Grupos de Trabalho não funcionaram como empresas, mas sim como mandatários de um Governo interessado em prosseguir os objectivos atrás referidos.

Os Grupos de Trabalho cumpriram a sua função e contribuíram para ajudar o Governo Português no convencimento de que poderia empenhar-se no arranque do Projecto.

Após estas indicações constituiu-se então a EDAB para encarar o Projecto já sob o ponto de vista empresarial, mas submetido a uma estrita racionalidade de fundamentada viabilidade económica e financeira.



Presidência do Conselho de Ministros
Gabinete de Secretária de Estado
dos Assuntos Parlamentares

3. Como é possível que o Governo ignore por completo¹¹ a hierarquização e as prioridades claramente definidas no próprio articulado do Decreto-Lei n° 155/2000 e que fundamentaram a criação da EDAB, SA?

Não existem indicadores que permitam concluir que não está a ser cumprido o estabelecido no Decreto-Lei n° 155/2000. Este Governo continua a estimular a concretização dos objectivos definidos através dos apoios julgados necessários, agora e para o futuro, mas sempre enquadrados numa lógica custo/benefício em função do seu enquadramento no interesse global nacional. Os recursos serão sempre disponibilizados em função da análise atrás referida e das solicitações que a estrutura empresarial lhe apresentar.

4. Porque razão se não avalizam os pareceres apresentados pelos Grupos de Trabalho e se não avança decididamente para a concretização do projecto?

O objectivo pretendido com a criação dos Grupos de Trabalho, atrás referido, foi atingido. Foi então criada a empresa à qual foi cometido como objectivo principal a promoção da utilização da Base de Beja para fins civis como consequência da análise das conclusões desses Grupos de Trabalho.

5. O que foi encontrado de errado nos anteriores pareceres e que levou a considerá-los sem validade?

Os Grupos de Trabalho produziram o seu trabalho e apresentaram conclusões. As conclusões do primeiro Grupo de Trabalho revestiram um carácter de natureza essencialmente técnica. Nas suas conclusões o segundo Grupo de Trabalho referia que: "A utilização civil da Base de Beja é viável, num quadro de conjugação do aproveitamento dos diversos segmentos do negócio e tendo por base a formulação de parcerias de elevada credibilidade e portadoras de garantia de mercado".

As conclusões deste Grupo já apontaram indicadores que levaram à decisão de se caminhar para uma estrutura empresarial.

Algumas das recomendações, no entanto, tiveram por base uma proposta formal, inaceitável sob vários aspectos, e três manifestações genéricas de interesse. O Governo pretendeu caminhar com segurança para um investimento numa estrutura que, embora constituindo, indubitavelmente, um pólo de desenvolvimento regional, extensível igualmente ao interesse nacional, se pretende viável.



Presidência do Conselho de Ministros

*Gabinete de Secretária de Estado
das Assuntas Parlamentares*

6. Ao "exigir estudos e mais estudos" não estará o Governo a "protelar, deliberadamente," o projecto económico-empresarial actualmente mais decisivo para o futuro Baixo-Alentejo?

O XII e o XIV Governo Constitucional já deram provas suficientes do seu empenhamento na criação de um Aeroporto Civil em Beja. O actual Governo não está a protelar deliberadamente o projecto. Pretende sim que o projecto avance, mas que o faça de modo seguro.
